



## **A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO INDÍGENA NA BOLÍVIA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA**

SANTOS, Rodrigo de Jesus

*Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do*

*ABC-UFABC*

*rodrigossbc@yahoo.com.br*

66

### **RESUMO**

O objetivo do presente trabalho é identificar, de maneira introdutória, a emergência do movimento indígena na Bolívia, como uma forma de resistência e ao mesmo tempo a busca da afirmação de sua identidade depois de séculos de dominação espanhola. Essa emergência tem se tornado muito evidente nas últimas décadas, sobretudo, a partir da ascensão do primeiro presidente de sua história, oriundo da classe indígena, classe essa, majoritariamente predominante no país. Desse modo, diversos países latino-americanos têm tido a luta indígena boliviana como referência de autoafirmação, resistindo às várias formas usadas pelas elites para neutralizar sua participação nos rumos do país.

**Palavras-chave:** Bolívia; movimento indígena; resistência.

### **ABSTRACT**

The purpose of this work is to identify, in an introduction way, the emergence of the indigenous movement in Bolivia, as a form of resistance, while they search for affirmation of their identity after centuries of the Spanish domination. This emergence has become very evident in recent decades, mainly from the rise of the first president in the country's history, who came from the indigenous class, which comprises the majority of the country's population. Thus, in recent decades many latin countries have identified with the indigenous struggle that occurred in Bolivia, for their own self affirmation, resisting various tactics used by elites forces to neutralize their participation in the direction of the country.

**Key-words:** Bolivia; indigenous movement; resistance.

### **INTRODUÇÃO**

As últimas décadas têm sido responsáveis pela incorporação de diversas temáticas antes deixadas em segundo plano. As mais diversas questões fazem hoje parte da agenda dos governos e são discutidas pela sociedade civil, instituições e movimentos sociais. Questões de raça, direitos humanos, direito das mulheres e uma série de outras reivindicações. Nesse sentido, Gohn (2008), chama a atenção para os movimentos identitários, que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos, e, mais recentemente, culturais. Segundo ela, são movimentos de segmentos sociais excluídos, usualmente pertencentes às camadas populares. Em alguns



países latino-americanos, houve uma radicalização do processo democrático e o ressurgimento de lutas sociais tidas, décadas atrás, como tradicionais, a exemplo de movimentos étnicos, especialmente dos indígenas na Bolívia e no Equador.

Gohn (2008) comenta que, neste novo século, na América Latina, os indígenas estão reemergindo como grande novidade no cenário das lutas e movimentos sociais na região. Sabe-se que a luta dos indígenas, de resistência à colonização europeia e branca, é secular. Na atualidade, o elemento novo é a forma e o caráter que essas lutas tem assumido, não apenas de resistência, mas também de luta por direitos: reconhecimento de suas culturas e da própria existência, redistribuição de terras em territórios de seus ancestrais, escolarização na própria língua, etc. Ainda segundo ela, deve-se assinalar também que inúmeros territórios indígenas passaram a ser, em vários países, fonte de cobiça devido a minerais e outras riquezas de seu subsolo, assim como seus cursos de água, ou meramente por localizarem-se em rotas onde se planejam gasodutos e outras intervenções macroeconômicas, acirrando assim, tensões sociais.

Nessa mesma perspectiva, Bengoa (2008), aponta que a emergência indígena foi o fenômeno sociopolítico e cultural mais importante nos últimos vinte anos ocorrido na América Latina. O que significou a presença de novas identidades e expressões étnicas e demandas das populações indígenas. O protagonismo indígena é evidente na maioria dos países do continente, tanto onde há uma maioria indígena como também onde os indígenas constituem grupos minoritários da população.

Ainda segundo ele, o caso específico da Bolívia é o de maior impacto e importância na atualidade. Depois de duas décadas de mobilizações e busca de consciência, o movimento indígena assume a condução do Estado, afirmando a etnicidade como um dos elementos centrais da cidadania e nacionalidade bolivianas.

Nesse sentido, percebe-se que a Bolívia tem sido o espelho para onde movimentos sociais e indígenas principalmente, voltaram seus olhares nos últimos anos. Seus reflexos podem ser vistos em vários países do continente latino-americano, onde a temática indígena bem como tantas outras ligadas a setores menores da população tem ocupado um espaço cada vez maior nas discussões e decisões.



## ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

Se recorrermos à história da Bolívia, no período que antecede sua independência (que se dá no ano de 1825), seguramente nos depararíamos com uma situação muito diferente da atual. O desenrolar da história nos mostra que com o processo de colonização espanhola, os indígenas são postos a margem, sob um regime de subserviência, ao mesmo tempo que há uma nítida tentativa de instaurar o predomínio da influência colonialista, impondo seus costumes a um povo que ali já se encontrava.

Com o processo de colonização, os indígenas passaram a ser vistos como os "estranhos" dentro de seu próprio território. Recorrendo à análise de Norbert Elias (2000), sobre a relação entre estabelecidos e outsiders, podemos dizer que na Bolívia essa situação se deu de maneira inversa. Visto que seus povos indígenas originários, ocuparam o papel dos "outsiders" sofrendo as mais duras estigmatizações. Já os colonizadores tentaram imprimir para si, o status de "estabelecidos" e de fato, o conseguiram manter por um longo período. Fica claro nesse exemplo, que diferente do que aconteceu no caso de Winston Parva, analisado na obra de Elias, onde, o que definia a superioridade dos estabelecidos sobre os outsiders era o tempo de residência sobre o espaço ocupado, essa questão entre os colonizadores espanhóis e indígenas bolivianos se deu pelo poder muito superior dos colonizadores bem como outras formas de dominação sobre os indígenas.

Evidentemente que esse quadro também poderia ser representado pelos indígenas como sendo os estabelecidos (uma vez que sua presença nesses territórios remete à séculos antes da chegada dos colonizadores), e com os espanhóis como sendo os outsiders, "o outro". No entanto, como será abordado mais adiante, analisando alguns fatores que predominaram no comportamento de ambos os lados, poderá se chegar a conclusão que esse quadro não se efetivou dada as próprias contradições contidas no interior de cada grupo, onde por um lado, a falta de coesão propiciou uma condição inferior de um grupo e por outro o alto grau de coesão possibilitou seu poderio e sua superioridade sobre o outro.

Conforme a análise de Elias (2000), sobre a comunidade de Winston Parva, podemos identificar alguns outros elementos que podem ser aplicados numa comparação com o caso indígena na Bolívia, que constitui a proposta deste estudo. Elias identificou a única diferença entre ambos os grupos como sendo o tempo de estabelecimento nessa comunidade. A questão do contato social também se mostrou bastante presente, já que nessa comunidade, os contatos



se restringiam à práticas profissionais. No caso indígena não foi diferente. A própria condição de submissão da população local fez com que o contato entre colonizadores e colonizados se desse por meio da exploração tanto de suas riquezas como de sua mão de obra, para atender aos interesses da metrópole.

Desde então, ficou muito enraizado na Bolívia, a ideia de que a colonização trazia consigo uma "civilização". Seguiram-se séculos de dominação e exploração de seus recursos. Os indígenas, embora que, resistindo as investidas coloniais, eram postos numa condição de inferioridade, como possuindo um menor valor humano ante os "estabelecidos" colonizadores. O passado de exploração por parte dos espanhóis, levaram toda a prata da região de Potosí, matando milhares de indígenas com o trabalho escravo, deixando para trás um país extremamente pobre.

Essa inferioridade pode ser explicada pela falta de coesão, da qual Elias (2000), atribui aos outsiders na comunidade de Winston Parva. Para ele, os estabelecidos construíram um alto grau de coesão interna entre seus grupos. Já os outsiders não possuíam a menor coesão, fato que contribuiu para que os estabelecidos através da exclusão e estigmatização como armas poderosas reafirmassem sua superioridade no local.

Não se pode, no entanto, afirmar que mesmo sobre uma condição de inferioridade não tenha havido resistência entre os grupos indígenas. Muitos grupos se rebelaram contra as investidas espanholas ou mesmo morreram em conflito com as forças colonizadoras. A resistência indígena esteve muito clara desde sempre. Pode não ter havido essa coesão, o que se explica até mesmo pelas condições da época, mas certamente a resistência esteve presente.

Outra referência no tratamento da relação de poder e subordinação é James C. Scott (2004), que em sua obra identifica o termo "discurso público" como sendo uma forma de manifestação explícita de sentimento diante dos outros, presente nas relações de poder entre subordinados e superiores. Segundo ele, o discurso público quando não é claramente enganador, dificilmente da conta de tudo o que acontece nas relações de poder.

De acordo com ele, os grupos subordinados buscam formas de adaptação a esse cenário de desfavorecimento frente aos detentores de poder. Porém, a percepção desse grupo em relação ao discurso público não reflete propriamente seus desejos e sentimentos, pois buscam se adaptar ao que o grupo superior espera deles. Os superiores por sua vez, enxergam esse "discurso público" como sendo uma "ocultação", o que os leva a ter uma visão de que os



subordinados são falsos. Percebe-se, assim, um cenário de nítida desconfiança entre ambos os grupos.

Scott (2004), também cita o "discurso oculto" que reside no sentimento contido e não explícito, onde a prática de dominação e exploração causa o surgimento de insultos e ofensas à dignidade humana, fazendo emergir um "discurso oculto" de repúdio e indignação. Para ele, o discurso oculto como a conduta fora de cena (oculta) está constituído por manifestações lingüísticas, gestuais e práticas que confirmam, contradizem ou tergiversam o que aparece no discurso público. Segundo Scott, o discurso oculto possui três características que lhe são peculiares. A primeira é que esse discurso é específico e um espaço social determinado e de um conjunto particular de atores; a segunda, e que nem sempre se dá a devida atenção, reside no fato de que não contém apenas atos de linguagem, mas também um extenso leque de práticas. Assim, para muitos camponeses o furto de caça, a evasão de impostos, o trabalho mal feito são parte integral de um discurso oculto. Para os detentores de poder, essas práticas constituem em luxos e privilégios secretos, o uso clandestino de assassinos pagos, o suborno, a falsificação de títulos de propriedade. Em cada caso essas práticas contradizem o discurso público dos respectivos grupos e se mantêm na medida do possível em segredo.

Na análise de ambos os autores é possível perceber que a relação de poder e subordinação traz consigo a idéia de que algumas ações tomadas pelos grupos em questão, legitimam seu status nessa relação. Nesse sentido, os subordinados ao praticarem cada vez mais o ato de submissão em relação aos superiores, propiciam sua própria legitimação. Scott mostra que, os detentores do poder têm o interesse de criar através de um discurso ideológico, uma espécie de hegemonia que busca disseminar sobre seus subordinados. Ainda segundo ele, essa hegemonia existe porque os subordinados são "coniventes" com essa prática.

Esse resgate histórico e esta breve teorização da relação entre dominados e dominadores se faz necessário, na medida em que busquemos compreender os fatos que se desenrolam nas últimas décadas, não só no país andino, mas também na América Latina e em que contexto o movimento indígena se sustenta para legitimar sua reivindicação de construção de uma identidade própria, baseada no seu indigenismo e na sua multiculturalidade, que ao longo de sua história foi interpretada como uma resistência à dominação espanhola.



## O CONTEXTO E O AUGE DAS RESISTÊNCIAS

Na tentativa de uma melhor compreensão sobre os fatores que levaram a onda de resistência dos movimentos sociais na Bolívia, se faz necessário uma breve contextualização em alguns períodos das últimas décadas que caracterizaram essas lutas.

A predominância da ordem capitalista no mundo, surgida com o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em fins dos anos de 1989 e início de 1990 prometera aos países um novo curso no seu desenvolvimento, pautado, sobretudo pela paz e pelo progresso econômico e social. Com o decorrer dos anos estas “receitas” apresentadas pelo capitalismo e implementadas por grande parte dos países do mundo mostraram-se incapazes e por vezes responsáveis pelo colapso econômico e social de muitos países, o que contribuiu para que estes ficassem a margem dessas transformações, acarretando atrasos estruturais no seu desenvolvimento enquanto nação.

O início da década de 1980 marca o retorno do poder civil na Bolívia. Esse período foi acompanhado por uma série de distúrbios econômicos, políticos e sociais que agravaram ainda mais sua já precária situação. Mais recente na memória do país, está o projeto neoliberal do FMI e Banco Mundial nas décadas de 1980 e 1990, quando as empresas estatais foram privatizadas e os resultados desastrosos.

O processo de globalização e a onda do neoliberalismo seduziram os governos latino-americanos durante seu apogeu na década de 1990. Nessa perspectiva, a Bolívia foi um dos primeiros países a incorporar essas políticas e conseqüentemente um dos primeiros a sofrer seus efeitos nefastos. Acontece que essas práticas introduzidas atendiam tão somente aos interesses de grupos e corporações estrangeiras, deixando-os em melhores situações, enquanto as demais camadas da população, principalmente as indígenas e as situadas no campo, conviviam com o atraso e a falta de assistência por parte do Estado para suprir suas demandas.

O auge do neoliberalismo no país, que perdurou até meados da metade da década de 2000, implantou uma série de medidas que iam em desencontro com o que demandavam as classes mais baixas. As ondas de privatizações e retração do Estado na economia levaram a Bolívia a todas as intolerâncias sociais. As tentativas de privatização da água em Cochabamba no ano de 2000 e a Guerra do Gás em 2003 propiciaram uma série de confrontos entre governo e população. Seguiram-se paralisações, bloqueio de estradas que tomaram as principais cidades



do país. Esse último episódio, culminou com a renúncia do então presidente Gonzalo Sánchez de Lozada.

Os antecedentes da chamada "Guerra da Água", iniciaram-se em fevereiro de 1996, quando o Banco Mundial faria um empréstimo de US\$ 14 milhões para a prefeitura de Cochabamba para a expansão do serviço de água. Esse empréstimo estaria condicionado à privatização do fornecimento para a cidade. Em junho de 1997, havia uma dívida de US\$ 600 milhões da Bolívia junto ao Banco Mundial, o indulto desta dívida seria a privatização da água de Cochabamba. Em setembro de 1999, a água de Cochabamba foi arrendada até o ano de 2039 para a empresa Aguas del Tunari, um consórcio criado por capitais dos EUA, Espanha, Itália e Bolívia, subsidiária da Bechtel, da Califórnia. Estas medidas faziam parte da Lei 2029 do Serviço de água potável e rede de esgotos sanitários, aprovada no final de 1999, que privatizou ambos os serviços.

A privatização dos serviços de água de Cochabamba ficou a cargo da Bechtel (norte-americana), uma das maiores corporações de engenharia do mundo. O contrato incluiu, além da privatização do fornecimento de água, a privatização da água da chuva e dos poços, proibindo a população de coletá-la. A lei 2.029 previa licenciamento dos serviços de água para empresas privadas em cidades com mais de 10.000 habitantes, a provisão dos serviços de água deveria ser "financeiramente auto-sustentável".

Em setembro de 1999, foram firmados os contratos de privatização e concessão dos serviços de água para a empresa Aguas del Tunari e na ocasião a Central Obrera Departamental e outros movimentos protestaram contra esses contratos. O acordo garantia à empresa o lucro de 16% por cada ano do contrato, e paralelamente, uma lei aprovada no Congresso concedia o controle sobre sistemas de irrigação rurais e poços comunitários, e estes por sua vez eram projetos financiados e construídos pelas comunidades sem apoio do governo. Semanas depois de assumir o controle, a empresa aumentou em 200% a taxa de água.

Em novembro de 1999, antes do estabelecimento da taxa, houve bloqueio das rodovias que dão acesso a cidade. Em seguida, diversos setores urbanos e rurais organizaram o movimento "La Coordinadora para a Defesa del Agua y la Vida", composto por um misto da população, que incluía sindicato dos trabalhadores, grupos ambientais, membros progressistas do Congresso, fazendeiros e irrigadores.

Em janeiro de 2000, após o anúncio da taxa, ocorreu a primeira ação pública, uma greve geral que durou três dias, onde as rodovias foram bloqueadas, o aeroporto e as ruas fechadas, os



cidadãos se reuniram na praça central da cidade e o novo slogan podia ser visto em uma imensa bandeira que dizia: “El Agua es Nuestra, Carajo!”. Diante da situação, o governo assinou acordo em que seria revisto o contrato da empresa de água e a nova lei e os protestos foram suspensos. A revisão não foi feita, sem a mudança na taxa, a população se recusou a pagar as contas e a empresa passou a cortar o fornecimento. Outro protesto foi planejado, com forte repressão por parte do governo. As ruas se tornaram campos de batalha entre manifestantes e polícia por dois dias. O protesto tomou conta das rádios, o apoio da população aumentou, o governo perdeu qualquer legitimidade de argumento com o conflito, e por fim, anunciou um acordo com a empresa recuando a taxa de água por seis meses.

Em abril, o movimento deu início à outra greve, desta vez, só seria encerrada com o cancelamento do contrato e a revogação da lei que permitia o controle sobre poços e sistemas de irrigação rural. A população se reuniu em grande número e após alguns dias, o governador pediu ao presidente que o contrato fosse cancelado para evitar uma guerra da população contra o governo. Após ser declarado o cancelamento, a empresa se negou a acatar a decisão. Mantiveram-se os protestos que se tornaram mais violentos, e a polícia foi chamada para controlar os manifestantes, disparando tiros, e fez como primeira vítima um rapaz de dezessete anos. Deu-se início a uma movimentação internacional de ativistas pedindo o cancelamento do contrato e com a pressão, os diretores da empresa foram embora do país e o governo cancelou o contrato.

Assim, no ano de 2000, a população de Cochabamba, uma cidade de 600.000 habitantes no vale andino, resistiu à lei e aos soldados para expulsar umas das empresas mais ricas do mundo e reconquistar o direito à água. As manifestações da população foram violentamente reprimidas pela polícia, um jovem manifestante foi morto nos confrontos, e a revolta popular levou o governo boliviano a rescindir o contrato com a Bechtel, que foi expulsa do país. O conflito teve o saldo final de dez meses, onze dias de sítio e uma dezena de mortos. A expulsão da Aguas del Tunari foi produto da resistência e defesa, dos movimentos sociais e indígenas pela reivindicação de um direito.

Essas manifestações foram convocadas por várias lideranças indígenas e de movimentos sociais que propunham a resistência à dominação das elites que governavam o país. Neste cenário, a resistência indígena na Bolívia culminou com a ascensão à presidência do país no ano de 2005, de um ex-líder sindical do movimento cocaleiro, Evo Morales. Tal fato representou algo sem precedentes na história desse país, visto que Morales foi o primeiro índio





a ocupar esse posto, num país majoritariamente indígena. Esse acontecimento adquire um caráter de resistência de um grupo majoritário diante de grupos dominantes tradicionais e que representam a minoria. A ascensão de Morales ao poder na Bolívia também se deve ao fato dos partidos tradicionais terem fracassado em suas políticas no que se refere a resolução das questões mais crônicas do país, inerentes ao subdesenvolvimento, como a pobreza e a exclusão social.

Com o movimento indígena, a Bolívia passou por um processo de "refundação" do papel estatal enquanto promotor das transformações às quais demandavam esses grupos antes subordinados à elite do país. Desde a chegada de Morales à presidência, os indígenas e movimentos sociais têm passado por importantes processos os quais denominados por eles com revolução cultural e democrática.

Revolução democrática porque durante décadas o país não elegia um presidente por um sistema de maioria, isso se deu com a ampla participação popular e dos movimentos sociais que elegeram Evo Morales com 54% dos votos (em 2005). Isso evidencia o amadurecimento das forças indígenas no país, já que antes desse processo havia apenas o primeiro turno com participação direta da população, o segundo turno era feito pelo Congresso Nacional do país que elegia segundo os interesses das elites que o compunham.

No âmbito cultural, o reafirmamento do indigenismo, da multiculturalidade, o predomínio de suas línguas (quechua, aymara e guaraní) tem estado presente no atual processo de transformação pelo qual passa o país. A incorporação das demandas vindas dos grupos indígenas e de diversos movimentos sociais fizeram com que o país assumisse um caráter plural em sua composição. Na Constituição, por exemplo, alterou-se o nome do país de República da Bolívia para Estado Plurinacional da Bolívia, como forma de atender aos mais diversos grupos que conformam a população boliviana.

Esses acontecimentos que desencadearam a mobilizações em diversos setores sociais possibilitam entender de forma clara que nos últimos anos os projetos nacionais de governos latino-americanos têm ganhado destaque pela importância crescente que adquiriram, na medida em que passaram a incorporar diversos setores sociais, antes não assistidos pelo Estado, a uma atuação mais participativa e inclusiva na política do país. Nessa perspectiva, os movimentos indígenas passaram a ter voz mais ativa no curso dessas transformações. Cabe lembrar que a chegada de governos com cunho ideológico de esquerda progressista acelerou a incorporação dessa massa que passaram a reivindicar uma maior atenção às suas causas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação de poder e subordinação encontra-se cercada de elementos que definem a atuação dos grupos que de um lado buscam a predominância de sua superioridade sobre os demais e de outro por aqueles que buscam valer-se do papel de subordinados para assumir um papel de resistência a qualquer forma de dominação que venha a fazê-los sentir-se em uma posição de inferioridade.

Com Norbert Elias, essa questão esteve representada na forma de estabelecidos e outsiders. O primeiro (de acordo com seus próprios critérios), como sendo o grupo que mais tempo possuía sobre determinado território, o que segundo eles, os tornava superior sobre os demais, no caso, os outsiders, que por sua vez, possuíam um menor tempo de residência sobre esse local. A coesão interna entre esses grupos revelou-se como sendo um elemento que caracterizava o porque dos subordinados serem submetidos a essa posição de inferioridade, já que "os recém-chegados eram desconhecidos não apenas dos antigos residentes, mas também entre eles, não tinham coesão e, por isso não conseguiam cerrar fileiras e revidar (ELIAS, 2000, p. 25).

Com Scott, essa relação se mostrou através dos termos de discurso público, que diz respeito à manifestação explícita de sentimento perante os outros, mas que não necessariamente representa seus desejos e pensamentos. É também um enganador, que dificilmente da conta de tudo que sucede nas relações de poder e o discurso oculto que é o desejo contido e não explícito.

Com este breve estudo, buscou-se discutir e entender o papel desempenhado pelos indígenas como forma de resistência à dominação. Procurou-se ater ao caso específico da Bolívia, tido como referência de luta indígena, após longo período de colonização e subordinação. Em períodos mais recentes da história boliviana, a resistência indígena e dos movimentos sociais possibilitou um revés na estrutura de poder do país. A eleição de Evo Morales, o primeiro indígena a presidir a Bolívia, representou uma conquista desses movimentos bem como possibilitou a refundação do país sobre novas bases. Essa eleição foi acompanhada da reincorporação de valores antes não tão preservados. O domínio cultural dos povos indígenas assumiu uma característica fundamental a partir de então.

Ao longo de sua história, o país sempre esteve muito ligado à instabilidade política, econômica e social. As disparidades em todas as suas esferas demandavam uma reestruturação



da nação, fato por muito tempo deixado a mercê, por não representar o interesses de determinados setores e grupos do país.

Esses episódios conturbados na história recente da Bolívia propiciaram o revés sofrido no país com a eleição de um presidente indígena. A "ascensão dos subordinados" suou como uma resposta dos indígenas e movimentos sociais a uma elite há muito no poder do país. Evidentemente que essa maior presença indígena não pôs fim às diversas formas de estigmatização sofrida por eles, que em muitas situações ainda se faz bastante presentes. De qualquer forma, essa resistência propiciou ganhos significativos para esses grupos no que se refere à maior atenção, agora prestada as suas reivindicações e mais importante que isso, o repúdio a qualquer forma de dominação que coloque indivíduos em condição de inferioridade em relação aos demais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ELIAS, Norbert; SCOTSON, JSOHN L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América latina**. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008.

SCOTT, J. C. **Los dominados y el arte de la resistencia**. México: Ediciones Era, 2004.

BENGOA, José. **Una segunda etapa de la Emergencia Indígena en América Latina?** Cuad. antropol. soc. n. 29, Buenos Aires, ene./jul. 2009. Disponível em:

<[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1850-275X2009000100001](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-275X2009000100001)>.

Acesso em: 23/05/14.

Instituto Nacional de Estadística e Indicadores Socioeconômicos Del Departamento de Cochabamba. Disponível em: <<http://www.ine.gob.bo>>. Acesso em 13/05/14.



Public Citizen, Bechtel contra Bolívia: a próxima batalha na “Guerra da água”,  
<[http://www.citizen.org/cmep/article\\_redirect.cfm?ID=8910](http://www.citizen.org/cmep/article_redirect.cfm?ID=8910)>. Acesso em 15/05/14.

Resistir.info. Arquivo, Disponível em: < [http://resistir.info/agua/questao\\_agua.html](http://resistir.info/agua/questao_agua.html)>. Acesso em 15/05/14.

\_\_\_\_\_ Arquivo, Disponível em: < [http://resistir.info/agua/donos\\_da\\_agua.html](http://resistir.info/agua/donos_da_agua.html)>. Acesso em 15/05/14.

Scientific Eletronic Library Online, Revista Brasileiro de Política Internacional. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000100010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000100010&script=sci_arttext)>. Acesso em 10/05/14.